

Governo faz um ajuste de curto prazo

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo conclui, nesta semana, o "pacote" fiscal que deverá render pouco mais de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) para um "ajuste" global de 2,5% do PIB demandado pelas contas públicas de 1992. O conjunto de medidas fiscais — cerca de vinte — é centrado, principalmente, no aumento do Imposto de Renda para as faixas de altos salários, na eliminação da isenção do Imposto de Renda para 1,3 milhão de micro e pequenas empresas e na volta da indexação dos tributos a uma unidade fiscal — cuja variação obedecerá à evolução de três índices de preços (IGP da Fundação Getúlio Vargas, IPC da FIPE e INPC do IBGE).

Simultaneamente a essa "reforma tributária de emergência", o governo deverá comprometer-se com uma política de realismo tarifário (ver ao lado), que já vem sendo administrada a partir de uma meta básica: operar, em 1992, com uma tarifa real média de 15% sobre a média tarifária deste ano (seja para os combustíveis, energia elétrica, comunicações e demais serviços públicos).

Essas medidas, aliadas a

um conjunto de providências de ordem mais administrativa, criariam condições para uma disciplina fiscal no ano que vem. Ainda não corresponderiam a um ajuste estrutural das contas públicas, mas representariam uma "ponte" até que as reformas de maior fôlego pudessem ser realizadas.

Para atravessar estes dois últimos meses do ano sem uma explosão incontrolável das taxas de inflação, a equipe econômica continua acenando com uma política monetária e creditícia rigorosa. O que se traduziria na tentativa de manter juros reais elevados nos próximos sessenta dias, forçando o setor produtivo a desovar eventuais estoques a preços mais baixos. "Será uma política de queda-de-braço", previa uma qualificada fonte oficial do Ministério da Economia, na última sexta-feira.

A reunião entre o presidente da República, os líderes do governo no Congresso Nacional e a equipe econômica, na última sexta-feira, para discutir a estrutura da "reforma tributária de emergência", não foi conclusiva. Depois de cinco horas

(Continua na página 8)

Governo faz um ajuste...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

de discussão, o presidente da República marcou uma nova reunião para esta terça-feira e, somente no dia 1º, sexta-feira, é que as medidas deverão ser enviadas ao Congresso.

O esboço da reforma, a partir do encontro de sexta-feira, trazia as seguintes providências:

- Imposto de Renda — uma das alternativas que o governo dispõe é aumentar a faixa de alíquotas, criando um adicional de imposto para os altos salários. Nessa perspectiva, para 1992 as alíquotas do Imposto de Renda podem ser de 10%, de forma geral, com dois adicionais que elevariam para 25 e 30% (ou 35%, por definir) o imposto para as rendas salariais mais elevadas. Não está definido, também, o que será classificado como altos salários — se os rendimentos a partir de 20 salários mínimos mensais, 40 salários ou algo superior a isso.

- Imposto sobre as empresas — hoje, cerca de 1 milhão e 300 mil pequenas e

microempresas são isentas do pagamento do Imposto de Renda. A idéia da equipe do ministro Marcílio Marques Moreira é incorporar esse universo aos contribuintes do Fisco. A fórmula seria cobrar o imposto com base num lucro presumido, como se ele tivesse sido distribuído aos sócios. Ou seja, os sócios das empresas pagariam Imposto de Renda na fonte nos mesmos moldes do cobrado das pessoas físicas. Já as grandes empresas continuariam pagando imposto sobre o lucro real, a uma alíquota de 35%, como é atualmente.

- Limites de isenção — ainda não está totalmente definido se o limite de isenção para o pagamento do Imposto de Renda será de três ou cinco salários mínimos, embora a tendência seja de fixá-lo em cinco salários mínimos.

- Indexação — segundo confirmou o ministro da Economia, está decidida a volta da indexação dos impostos. "Na atual conjuntura, a atualização dos tributos é importante e crucial", adiantou Marcílio Marques Moreira em entrevista co-

letiva após a reunião do Palácio do Planalto. O mecanismo seria a criação de uma unidade fiscal, com variação diária, nos mesmos moldes do extinto BTN fiscal, com base numa cesta de índices de preços — o IPC da FIPE, o IGP da Fundação Getúlio Vargas e o INPC do IBGE.

- Créditos para o setor público — no bojo desse programa fiscal para 1992, o governo endureceria as regras da Resolução nº 1.718, do Banco Central, que obriga as empresas estaduais e municipais a reduzir o nível de endividamento, amortizando 20% da dívida vincenda. A idéia é eliminar as excepcionalidades permitidas nessa resolução.

- Na lista de providências há uma série de medidas administrativas que dariam maiores condições ao Ministério da Economia para fiscalizar o gasto público. Assim, sugere-se que o INSS, o INAMPS e as universidades tenham suas contas ligadas ao Sistema de Computação do Tesouro Nacional (Siafi). Outra medida seria reduzir as trans-

ferências não constitucionais que o governo central faz ao Distrito Federal ou ainda criar um instrumento legal chamado "cautelar fiscal", através do qual os bens de sonegadores de impostos ficassem indisponíveis para garantir o crédito tributário.

EMPRESÁRIOS

O ministro da Economia acertou, na última sexta-feira, conforme anunciou o porta-voz Pedro Luiz Rodrigues, a criação de um canal de debates com os empresários, de uma maneira sistemática, logo depois de um violento discurso do presidente Collor de Mello, condenando a postura de alguns empresários nacionais. O ministro conversou por telefone com os presidentes da FIESP, Mário Amato, e da CNI, senador Albano Franco, para acertarem a primeira reunião de uma agenda mensal de encontros, marcada para o próximo dia 15. "Eles vão reunir-se uma vez por mês para discutir a conjuntura e trocar idéias sobre as reformas estruturais", explicou o porta-voz do Ministério da Econo-